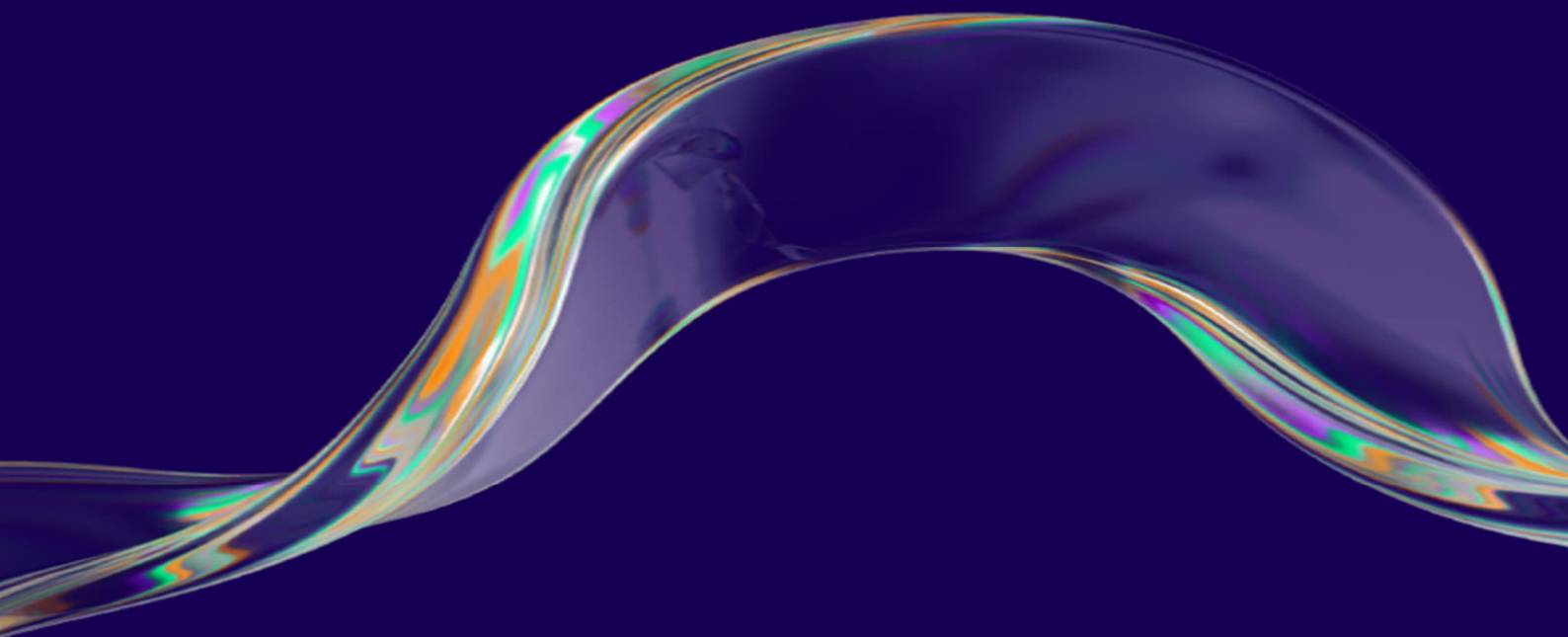


Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024

Índice

Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balço patrimonial.....	9
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido.....	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis.....	11
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	13
5	Receita.....	13
6	Custos e despesas	14
7	Resultado financeiro líquido.....	14
8	Caixa e equivalentes de caixa	14
9	Imobilizado	15
10	Financiamentos.....	18
11	Fornecedores.....	19
12	Provisões para litígios.....	19
13	Obrigaões socioambientais e de desmobilização de ativos	19
14	Partes relacionadas.....	20
15	Imposto de renda e contribuição social	21
16	Patrimônio líquido	21
17	Instrumentos financeiros e gestão de risco.....	21
18	Seguros.....	26
19	Compromissos a longo prazo.....	26

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores
Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

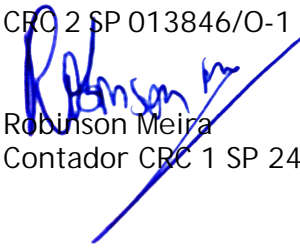


Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5

Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.
 Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2024	2023 (não auditado)
Receita líquida	5	5.828	-
Custo com energia elétrica	6	(4.803)	-
Custo com operação	6	(1.800)	-
Prejuízo bruto		(775)	-
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	6	(1.029)	(223)
Outras despesas operacionais	6	(18)	(11)
		(1.047)	(234)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(1.822)	(234)
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		5.129	3.568
Despesas financeiras		(4.618)	(63)
		511	3.505
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.311)	3.271
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	15	(45)	(1.142)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.356)	2.129

Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023 (não auditado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.356)	2.129
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.356)</u>	<u>2.129</u>

Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2024	2023 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.311)	3.271
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias de financiamentos	10 (b)	4.200	-
Depreciação e amortização	6	1.493	-
Baixa de contratos de arrendamento		96	-
Apropriação dos custos de captações	10 (b)	(734)	-
Rendimento sobre fundo de liquidez conta reserva		(131)	-
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	13 (a)	92	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos		91	-
Provisões de obrigações socioambientais	13 (a)	334	-
		4.130	3.271
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(1.967)	-
Tributos a recuperar		(877)	(74)
Demais créditos e outros ativos		552	(550)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(436)	(9.689)
Tributos a recolher		81	(619)
Partes relacionadas		1.673	690
Demais obrigações e outros passivos		48	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		3.204	(6.971)
Juros pagos sobre financiamentos			
Juros pagos sobre financiamentos	10 (b)	(298)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21)	(453)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		2.885	(7.424)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação conta reserva		(2.253)	-
Aquisição de imobilizado		(14.370)	(123.260)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(16.623)	(123.260)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos	10 (b)	78.588	-
Adição dos custos com captação	10 (b)	16	-
Liquidação de arrendamentos		(129)	(484)
Aumento de capital		-	119.000
Dividendos pagos	1.1.1 (a)	(506)	(45)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		77.969	118.471
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa			
		64.231	(12.213)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		22.539	34.752
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			
		86.770	22.539

Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023 (não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	86.770	22.539
Contas a receber de clientes		1.967	-
Tributos a recuperar		979	102
Outros ativos		26	578
		<u>89.742</u>	<u>23.219</u>
Não circulante			
Fundo de liquidez - conta reserva	8	2.384	-
Outros ativos		30	30
		<u>2.414</u>	<u>30</u>
Imobilizado			
Intangível	9	160.471	142.652
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		1	1
		<u>3.012</u>	<u>3.140</u>
		<u>163.484</u>	<u>145.793</u>
Total do ativo		<u><u>255.640</u></u>	<u><u>169.042</u></u>

	Nota	2024	2023 (não auditado)
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	10	1.670	-
Fornecedores	11	5.553	3.841
Arrendamentos		41	37
Tributos a recolher		307	202
Partes relacionadas	14	2.363	661
Obrigações socioambientais		334	-
Dividendos a pagar	14	-	506
Outros passivos		48	-
		<u>10.316</u>	<u>5.247</u>
Financiamentos	10	80.102	-
Arrendamentos		3.177	3.219
Partes relacionadas	14	71	71
Obrigações de desmobilização de ativos	13	2.825	-
		<u>86.175</u>	<u>3.290</u>
Total do passivo		<u><u>96.491</u></u>	<u><u>8.537</u></u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16	158.736	158.736
Reservas de lucros		1.769	1.769
Prejuízos acumulados		(1.356)	-
Total do patrimônio líquido		<u><u>159.149</u></u>	<u><u>160.505</u></u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>255.640</u></u>	<u><u>169.042</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Reserva de Lucros					Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva de investimento	Reserva Legal	Retenção	Lucros acumulados	
Em 1º de janeiro de 2023 (não auditado)	39.736	-	10	136	-	39.882
Lucro líquido exercício	-	-	-	-	2.129	2.129
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	2.129	2.129
Aumento de capital	119.000	-	-	-	-	119.000
Constituição de reserva legal	-	-	106	-	(106)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	(506)	(506)
Retenção de lucro	-	-	-	1.517	(1.517)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	119.000	-	106	1.517	(2.129)	118.494
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	158.736	-	116	1.653	-	160.505
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.356)	(1.356)
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(1.356)	(1.356)
Constituição de reserva de investimento	-	1.516	-	(1.516)	-	-
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	(1.516)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	158.736	1.516	116	137	(1.356)	159.149

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A ("Companhia"), com sede na cidade de Jaíba, estado de Minas Gerais, foi constituída em agosto de 2020.

A Companhia é controlada direta das *holdings* SF401 Participações Societárias S.A. e participação direta da Jaíba V Holding S.A. ("Jaíba V"), e indireta das companhias CESP Companhia Energética de São Paulo ("CESP") e Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia tem como objetivo (i) a exploração, em nome próprio ou por meio de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica, na forma permitida em lei e mediante obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de qualquer fonte; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal propósito; e (iv) a implantação, administração e operação de centrais geradoras.

A energia gerada pela Companhia é negociada, principalmente, com as Comercializadoras da Auren.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Dividendos deliberados e pagos

Em 26 de abril 2024, a Administração da Companhia deliberou o pagamento de dividendos para sua controladora Jaíba V, no montante de R\$ 506, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O pagamento dos dividendos ocorreu em 26 de julho de 2024.

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Entrada em operação das unidades geradoras da Companhia

Durante 2024, a Companhia entrou em operação comercial, conforme detalhes do despacho emitido pela ANEEL a seguir:

Despacho ANEEL	Data	Unidade	Unidade Geradora e capacidade instalada	Garantia Física	Localização
2847	20/09/2024	Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG129 - 40.000kW	12,2 MWmed	Jaíba - MG

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* ("IFRIC"), ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) [Aprovação das demonstrações financeiras](#)

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 02 de abril de 2025.

2.2 [Base de apresentação](#)

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 [Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras](#)

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

3 [Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB](#)

(a) [Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia em 2024](#)

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras.

(b) [Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia](#)

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

[Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 18](#)

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

[Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 19](#)

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais em suas controladas.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
9	Imobilizado
13	Obrigações com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional ("SIN").

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2024
Receita bruta		
Venda de energia		
Partes relacionadas	14	5.783
Energia de curto prazo - CCEE		639
		6.422
Deduções sobre a receita bruta		
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(594)
		(594)
Receita líquida		5.828

6 Custos e despesas

					2024	2023 (não auditado)
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(1.532)	-	-	-	(1.532)	-
Encargos de uso da energia elétrica	(3.271)	-	-	-	(3.271)	-
Depreciação e amortização	-	(1.493)	-	-	(1.493)	-
Pessoal	-	(15)	(771)	-	(786)	-
Pessoal	-	(15)	(771)	-	(786)	-
Materiais	-	-	(1)	-	(1)	-
Materiais	-	-	(1)	-	(1)	-
Serviços	-	(130)	(214)	-	(344)	(203)
Serviços de terceiros	-	(29)	(214)	-	(243)	(202)
Serviços de manutenção	-	(101)	-	-	(101)	(1)
Outros	-	(162)	(43)	(18)	(223)	(31)
Aluguéis e arrendamentos	-	(104)	-	-	(104)	-
Seguros	-	(71)	(20)	-	(91)	-
Impostos, taxas e contribuições	-	16	(23)	-	(7)	(18)
Outros custos e despesas líquidas	-	(3)	-	(18)	(21)	(13)
	(4.803)	(1.800)	(1.029)	(18)	(7.650)	(234)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2024	2023 (não auditado)
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e conta reserva		5.375	3.742
Juros sobre ativos financeiros		4	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(250)	(174)
		5.129	3.568
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	10 (c)	(4.200)	-
Apropriação dos custos de captações	10 (c)	(16)	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos	13 (a)	(92)	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos		(91)	-
Outras despesas financeiras		(219)	(63)
		(4.618)	(63)
		511	3.505

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

(a) Composição

	2024	2023 (não auditado)
Caixa		
Caixa e bancos	84	49
	84	49
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (b)	85.566	22.490
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	1.120	-
	86.686	22.490
Caixa e equivalentes de caixa	86.770	22.539
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)		
Não circulante	2.384	-
	2.384	-
	89.154	22.539

Em 31 de dezembro de 2024, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração de 99,46% do CDI (99,66% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

- (i) Os contratos de financiamentos do projeto solar Sol de Jaíba, exigem um fundo de liquidez composto previamente a cada parcela de desembolso e deverá ser mantido durante todo o prazo de vigência dos contratos de financiamento.

(b) Quotas de fundos de investimentos

	2024	2023 (não auditado)
Quotas de fundos de investimento		
Operações Compromissadas - Títulos públicos	75.948	15.275
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	9.618	7.215
	85.566	22.490

As quotas de fundo de investimento referem-se ao fundo exclusivo da Votorantim, Fundo Odessa. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixa:

	Rating local	
	2024	2023 (não auditado)
AAA	89.154	22.539
	89.154	22.539

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por ela.

9 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Nota 13).

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Painéis Solares	Terrenos	Obras em andamento	2024	2023 (não auditado)
Saldo no início do exercício									
Custo	-	-	-	-	-	-	142.652	142.652	5.365
Saldo líquido no início do exercício	-	-	-	-	-	-	142.652	142.652	5.365
Adições	-	-	2.733	-	-	-	16.547	19.280	137.287
Depreciação	(371)	(10)	(30)	-	(1.050)	-	-	(1.461)	-
Transferências	52.136	1.572	-	22	104.639	544	(158.913)	-	-
Saldo no final do exercício	51.765	1.562	2.703	22	103.589	544	286	160.471	142.652
Custo	52.136	1.572	2.733	22	104.639	544	286	161.932	142.652
Depreciação acumulada	(371)	(10)	(30)	-	(1.050)	-	-	(1.461)	-
Saldo líquido no final do exercício	51.765	1.562	2.703	22	103.589	544	286	160.471	142.652
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0	3,0	3,0	6,0					

10 Financiamentos

Política contábil

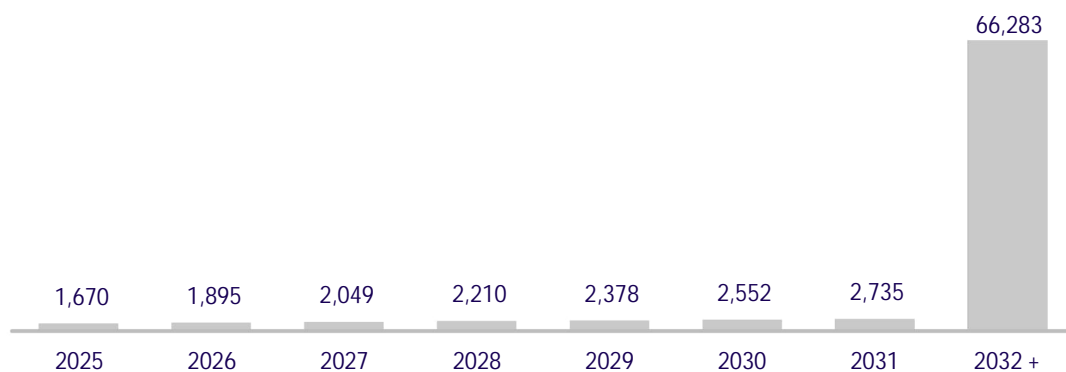
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

											2024
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo	
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total		
BNB	IPCA+6,27%	1.526	(33)	177	1.670	77.062	(685)	3.725	80.102	81.772	108.074
		1.526	(33)	177	1.670	77.062	(685)	3.725	80.102	81.772	108.074

BNB – Banco do Nordeste
 IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	2024
Saldo no início do exercício	-
Captações	78.588
Provisões de juros	4.200
Adições dos custos de captações	(734)
Apropriações dos custos de captações	16
Juros pagos	(298)
Saldo no final do exercício	81.772

(d) Principais captações

	Modalidade	Data da contratação	Custo	Vencimento	Liberação 2024
Projeto Sol de Jaíba	BNB	Junho/2024	IPCA 5,78% a.a.	Janeiro/2047	71.088
	BNB	Junho/2024	IPCA 11,00% a.a.	Outubro/2034	7.500

(e) Garantias

Ativo ou Projeto	Modalidade	Garantia
Sol de Jaíba	BNB	Fiança bancária; Contas reservas.

11 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores de materiais e serviços	5.533	3.812
Fornecedores de serviços	20	29
	<u>5.553</u>	<u>3.841</u>

12 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos com prognóstico de perde provável.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos com prognóstico de perde possível.

13 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	2024
Saldo no início do exercício				
Adições com efeito em ativo (i)	56.617		(53.884)	2.733
Adições	-	334	-	334
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	-	92	92
Saldo no final do exercício	56.617	334	(53.792)	3.159
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	56.617	334	(53.792)	3.159
	56.617	334	(53.792)	3.159

(i) Transferência do ativo em andamento para o imobilizado em serviço, devido entrada em operação do Projeto Jaíba.

14 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren S.A.

	Ativo		Passivo		Vendas		Compras, serviços e outros	
	2024	2023 (não auditado)	2024	2023 (não auditado)	2024	2023 (não auditado)	2024	2023 (não auditado)
Contas a receber de clientes - Vendas								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	1.949	-	-	-	5.783	-	-	-
Fornecedores - serviços								
Votorantim S.A.	-	-	20	29	-	-	(125)	(178)
Outras Obrigações								
Jaíba V Holding S.A.	-	-	1	1	-	-	-	-
Jaíba C Energias Renováveis S.A.	-	-	70	70	-	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	22	-	-	-	(22)
Auren Energia S.A.	-	-	-	484	-	-	-	(484)
Jaíba V Holding S.A.	-	-	-	94	-	-	-	(94)
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	-	61	-	-	-	(61)
	-	-	71	732	-	-	-	(661)
Repasso de custos partes relacionadas (i)								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	84	-	-	-	(70)	-
Auren Energia S.A.	-	-	1.563	-	-	-	(520)	-
Jaíba V Holding S.A.	-	-	422	-	-	-	-	-
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	294	-	-	-	(166)	-
	-	-	2.363	-	-	-	(756)	-
Dividendos a pagar								
Jaíba V Holding S.A.	-	-	-	506	-	-	-	-
	-	-	-	506	-	-	-	-
	1.949	-	2.454	1.267	5.783	-	(881)	(839)

(i) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

15 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a Companhia apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2024	2023 (não auditado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.311)	3.271
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	446	(1.112)
Adicional de IRPJ	-	(24)
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(219)	-
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	(206)	-
Outras adições permanentes, líquidas	(66)	(6)
IRPJ e CSLL apurados	(45)	(1.142)
Correntes	(45)	(1.142)
IRPJ e CSLL no resultado	(45)	(1.142)

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 158.736 (R\$ 158.736 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 165.152.290 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (165.152.290 em 31 de dezembro de 2023).

Conforme mencionado na Nota 1.1.1 (a), o único acionista da Companhia é a Jaíba V.

17 Instrumentos financeiros e gestão de risco

17.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da Companhia no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nota	Nível	2024	2023 (não auditado)
Ativos				
Ao custo amortizado				
Contas a receber de clientes			1.967	-
			1.967	-
Ao valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (i)	8	1	86.686	22.490
Fundo de liquidez - Conta reserva	8	1	2.384	-
			89.070	22.490
			91.037	22.490
Passivos				
Ao custo amortizado				
Financiamentos (ii)	10		81.772	-
Arrendamentos			3.218	3.256
Fornecedores			5.553	3.841
Partes relacionadas	14		2.434	732
			92.977	7.829

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 10.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

17.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental e (e) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	9.012	19.076	18.896	145.850	192.834
Fornecedores	5.553	-	-	-	5.553
Arrendamentos (i)	401	804	1.162	8.655	11.022
Partes relacionadas	2.363	71	-	-	2.434
	<u>17.329</u>	<u>19.951</u>	<u>20.058</u>	<u>154.505</u>	<u>211.843</u>
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)					
Fornecedores	3.812	-	-	-	3.812
Arrendamentos (i)	402	804	1.207	9.012	11.425
Partes relacionadas	690	71	-	-	761
	<u>4.904</u>	<u>875</u>	<u>1.207</u>	<u>9.012</u>	<u>15.998</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas às taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

17.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos empréstimos e financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2024	Impactos no resultado				
				Cenário I	Cenários II & III			
				Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
BRL - CDI								
12,15%	Equivalentes de caixa e Fundo de liquidez - conta reserva	89.070	151 bps	1.341	(2.705)	(5.411)	2.705	5.411
BRL - TJLP								
4,83%	Financiamentos (i)	82.490	17 bps	(140)	996	1.992	(996)	(1.992)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* *basis points*

18 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até maio/2025

O prêmio total pago para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 406 em 31 de dezembro de 2024.

19 Compromissos a longo prazo

Os principais compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030	Total
Encargos de uso de rede	3.645	3.645	3.645	3.645	3.645	109.357	127.582
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	173	173	173	173	173	5.183	6.048
Serviços Segurança Patrimonial, Portaria e Controle de Acesso e Facilities	52	52	-	-	-	-	104
	<u>3.870</u>	<u>3.870</u>	<u>3.818</u>	<u>3.818</u>	<u>3.818</u>	<u>114.540</u>	<u>133.734</u>